

# **O JORNALISMO INFANCIALIZADO: as posições-sujeito das crianças nas reportagens da Agência Mural<sup>1</sup>**

## **THE INFANTILE JOURNALISM: the subject positions of children in the reports of Agência Mural**

Thaís Helena Furtado<sup>2</sup>  
Anna Carolina Ortega<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva compreender como as crianças são representadas nas reportagens da Agência Mural em que são fontes. O trabalho do veículo é considerado precursor na abrangência dos territórios periféricos. Tratamos a desigualdade social como produtora de diferenças, mas não apenas para ressaltá-las no que têm de negativo, mas também para apontar que as diferentes subjetividades infantis são produtoras de inventividades. Como base teórica, discutimos os atravessamentos étnico-raciais na vida das crianças e o uso de estereótipos no jornalismo. A partir da Análise de Discurso de linha francesa, identificamos a presença de 11 posições-sujeito as quais as crianças entrevistadas ocupam nas reportagens analisadas, sendo as de maior incidência a da criança que pensa nos outros e a da criança que brinca. A noção de coletividade expressa nos dizeres dos meninos e meninas reforça a nossa convicção de que o jornalismo deveria escutar mais as crianças sobre questões sociais e coletivas.

**Palavras-Chave:** Jornalismo. Infâncias. Agência Mural.

**Abstract:** This article aims to understand how children are represented in the reports from Agência Mural in which they are sources. The work of this outlet is considered pioneering in covering peripheral territories. We address social inequality as a producer of differences, but not only to highlight them in their negative aspects, but also to point out that the different childhood subjectivities are producers of inventiveness. As a theoretical basis, we discuss the ethnic-racial intersections in children's lives and the use of stereotypes in journalism. Using french discourse analysis, we identify the presence of 11 subject positions that the interviewed children occupy in the analyzed reports, with the most prevalent being the child who thinks of others and the child who plays. The notion of collectivity expressed in the words of boys and girls reinforces our conviction that journalism should listen more to children about social and collective issues.

**Keywords:** Journalism. Childhoods. Agência Mural.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Processos Comunicacionais, Infâncias e Juventudes. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutora em Comunicação e Informação, thaifurtado93@gmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduada em Jornalismo, annaortega.c@gmail.com.

## 1. Infâncias desiguais e inventivas

Este artigo traz uma reflexão sobre as relações entre as infâncias e o jornalismo. Medina (2003) afirma que o jornalismo é a arte de tecer o presente. Consideramos essa definição valiosa para pensarmos sobre a forma como as crianças são representadas pelos jornalistas, já que as entendemos como sujeitos do presente, e não do futuro. Buscamos desconstruir a ideia de um modelo de criança que seria “normal”. Isso porque entendemos que a normatividade e a administração simbólica das infâncias são base para uma série de decisões políticas quando se pensa em ações para as crianças, incluindo as diferentes escolhas que são feitas na rotina jornalística.

Marchi (2007) diz que entender as desigualdades que acometem as infâncias é oferecer possibilidades de inclusão. Ela defende a necessidade de transformar a ótica analítica ocidental-cêntrica a partir de um olhar que considere as condições estruturais das infâncias. A normatividade, segundo Marchi e Sarmento (2017, p. 961), definiu ao longo da história quais crianças estavam ou não incluídas nos direitos que deveriam ser de todas: a "desigualdade e o risco social implicam nas condições de vida das crianças à escala global, e como diferentes crianças, em condições sociais, geográficas e étnico-raciais distintas, são afetadas por essas desigualdades".

Isso significa perceber, como diz Arroyo (2012, p.28), que "nem toda infância é reconhecida na história da infância". Ao mesmo tempo em que a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (CDC), de 1989, tornou-se um instrumento de direitos humanos significativo, também foi responsável por corroborar a globalização política e cultural de um determinado modelo de infância.

Assim, um determinado tipo de infância, sendo considerado norma, não somente desclassifica todos os outros tipos no plano ideal, mas, mais grave, exclui, no plano empírico – da realidade social cotidiana – determinadas crianças dos direitos que lhes estão internacionalmente assegurados. Certas crianças seriam, assim, “crianças” apenas no plano jurídico. (MARCHI; SARMENTO, 2017, p. 955)

Em contraposição a essa ideia, autores como Nogueira e Barreto (2020) e Gomes e Araújo (2023) assumem uma frente que entrelaça a Sociologia da Infância aos estudos étnico-raciais, especialmente em um afroperspectivismo. Mas esses pensadores olham para além da chave das desigualdades marcadas nos indicadores sociais. Eles enxergam as crianças como produtoras culturais, criadoras de mundos e capazes de simbolizar suas percepções. Um sentido de autonomia e de deslocamento da visão adultocêntrica em relação às infâncias é cultivado

por essas perspectivas contra-hegemônicas (KASHINDI, 2015), que acrescentam novas camadas ao debate ao discutirem raça, classe e etnia de modo mais aprofundado.

**As crianças sabem de si**, principalmente, as pobres, as negras, e aquelas em situação de maior vulnerabilidade e desigualdade, cujas infâncias são roubadas pela pobreza e pela fome. E é isso que o olhar adulto tem dificuldade de admitir. A raça atravessa e participa da formação das infâncias e, infelizmente, nem sempre como parte fascinante do processo de diversidade humana, mas como um peso, como marca de inferioridade. **E é isso que precisamos superar.** (GOMES; ARAÚJO, 2023, p. 18. Grifos nossos)

“Isso que precisa ser superado”, a que se referem as autoras, pode ser pensado nas abordagens jornalísticas sobre as infâncias. Podemos questionar: como crianças pobres, negras, ou em situação de vulnerabilidade aparecem no jornalismo? A própria noção de justiça cognitiva (MENESES, 2009), em que se pretende transformar as diretrizes históricas de ensino às crianças, considerando mais suas histórias de vida, pode ser pertinente para o jornalismo, pensando que uma de suas finalidades é apresentar a pluralidade da sociedade (REGINATO, 2019).

A partir dessas reflexões, neste artigo, tratamos, portanto, a desigualdade como produtora de diferenças, mas nos interessa não apenas ressaltá-las em seus pontos negativos, mas também apontar que as diferentes subjetividades infantis são produtoras de inventividades e modos de viver – as chamadas culturas da infância (CORSARO, 1997) –, que também merecem atenção. Para isso, buscamos observar como essas crianças que têm suas vivências afetadas pela desigualdade são apresentadas por um jornalismo que também foge do padrão.

Focamos, então, nosso olhar na *Agência Mural: jornalismo das periferias*. Primeiro porque percebemos que as infâncias são frequentemente abordadas nas reportagens da *Mural*. Segundo porque o trabalho realizado pelo veículo é considerado precursor na abrangência dos territórios periféricos de São Paulo e Região Metropolitana. Além disso, os títulos de algumas matérias nos chamaram atenção: “Crianças de 7 religiões contam como praticam a fé em meio ao cenário de intolerância”; “O que as crianças das periferias de São Paulo esperam do próximo governo”. Os verbos de ação nos pareceram indicativos sobre o potencial das reportagens para pesquisa, pois poderiam indicar um protagonismo infantil, já que possivelmente as crianças eram fontes. Por fim, concluímos que a *Mural* seria um objeto de estudo rico para analisarmos outras questões para além das infâncias e do jornalismo, como as noções de raça, classe e território, já comentadas.

Assim, esta pesquisa tem por objetivo compreender como as crianças são representadas nas reportagens da *Agência Mural* em que elas são fontes. Como base teórica, discutimos os atravessamentos étnico-raciais na vida das crianças e a presença de estereótipos no jornalismo. Como metodologia, utilizamos a Análise de Discurso de linha francesa.

## 2. Atravessamentos étnico-raciais nas infâncias

A história de “infância” foi construída pela sua negação. As crianças são tidas como aquelas que não podem uma série de coisas no mundo dos adultos, como votar ou tomar decisões significativas. Algumas correntes de pesquisa entendem que isso indica que as crianças formam um grupo socialmente minorizado. Essa forma de compreender a infância, socialmente compartilhada no mundo eurocêntrico-ocidental, é chamada por Sarmento (2005) de construção simbólica da infância e tem a modernidade como o seu tempo-espacó de elaboração.

As razões que destinaram essa posição de subalternidade às crianças diante dos adultos são várias. Sarmento (2005) afirma, por exemplo, que as posições paternalistas, consolidadas no mundo patriarcal, favoreceram uma menorização das crianças, evidenciando relações assimétricas entre as gerações. Outra razão apontada é que as crianças não produzem, o que é visto como negativo na lógica capitalista. O autor evidencia também que a construção do conceito de infância se dá por processos de disciplinação, que são inerentes à criação de uma ordem social dominante. Ou seja, haveria uma “administração simbólica” que funda o entendimento de infância a partir de uma organização social e da regulação dos cotidianos, em que se estabelece como regra a desqualificação da voz das crianças e uma espécie de colonização adultocentrada dos modos de expressão e de pensamento delas.

Na década de 1980, no entanto, a Sociologia da Infância surge afastando-se das perspectivas biólogistas e da psicologia desenvolvimentista, como uma alternativa às teorias tradicionais sobre a infância. Nessa visão, a categoria geracional é ainda relevante, mas considera as crianças como sujeitos plenos, dotados de agência, capacidade de elaboração própria, e não como objetos, ou pessoas de transitoriedade (SARMENTO, 2005). A concepção uniformizadora da infância é recusada, mas também se reconhece que há uma categoria social geracional própria, em que fatores sociais relacionados às vivências de classe, gênero, etnia, raça, espaço geográfico de residência constituem o grupo.

Mais recentemente, ficou evidenciado que diversas culturas já entendiam a infância de uma forma diferente da visão adultocêntrica. Elas a enxergam como lugar da prática do bem-viver, filosofia de origem dos povos andinos, amazônicos e africanos, que se contrapõe ao "capitalismo selvagem" (KRENAK, 2019). Um exemplo se encontra no interior dos quilombos, em que a experiência de vida comunitária e conectada ao território atribui outras significações às vivências das crianças. Santana (2015), ao pesquisar a forma como as crianças contavam suas próprias história no Quilombo Mata do Tição, em Minas Gerais, constatou que ouvir as vozes de crianças quilombolas – ou negras, indígenas, entre outras estigmatizadas – traz "forças renovadoras capazes de alentar as buscas por outra lógica de organização da vida distintas daquelas que se mostraram ineficazes e sem futuro" (SANTANA, 2023, p.64). Essa conclusão se relaciona com o jornalismo, que tem na entrevista uma de suas principais formas de apuração. É preciso ouvir o outro.

O filósofo congolês Kashindi (2015) fundamenta suas análises na filosofia Ubuntu, conhecida pela frase "eu sou porque nós somos". A comunidade tem centralidade nesse pensar, e os conhecimentos são circulares, coletivistas e inclusivos (SANTANA, 2023). Essa filosofia considera que os aprendizados acontecem durante toda vida e não são lineares, além de entender que não são apenas as crianças que precisam aprender – como acontece na perspectiva adultocêntrica (FARIA; SANTIAGO, 2015).

Esse ponto de vista se aproxima da pesquisa de Santana (2023), que percebeu que no Mato do Tição meninos e meninas são atuantes dentro das atividades comunitárias através de brincadeiras, práticas religiosas e manifestações culturais. Há, segundo ela, a "construção de uma identidade quilombola e de uma identidade negra positivada" (SANTANA, 2023, p. 72). As crianças reconhecem suas singularidades e também as dificuldades em comum, pois "dentro do quilombo, constroem repertórios de enfrentamento desses processos de subalternização de sua condição de criança negra e quilombola valorizando a si mesmas e sua cultura" (SANTANA, 2023, p. 73) A autora, portanto, aborda as crianças a partir do que elas são no presente e pela presença – e não pela falta.

Com reflexões semelhantes a essas, Nogueira e Barreto (2018) criaram, a partir de etimologias africanas e indígenas, o neologismo "infancializar", como um combate teórico e epistemológico à visão das infâncias enquanto negação ou ausência. As infâncias são encaradas como uma condição de experiência humana privilegiada. E o valor dado às crianças em comunidades africanas se dá também pelo sentido de corresponsabilidade (GOMES; SILVA;

PEREIRA, 2013), em que se observa que meninos e meninas cuidam uns dos outros e assumem papéis de destaque em suas comunidades. Um processo semelhante acontece em comunidades de terreiro (RUFINO, 2023), onde a conexão entre mais velhos e mais novos, crianças e mestres, é também um valor afro-brasileiro e quilombola. Nesses espaços, os mais novos e os mais velhos são entendidos como detentores de saber.

## 2. Jornalismos e infâncias

O jornalismo tem uma dificuldade histórica em conceber as crianças como fontes de suas produções. Pesquisadoras como Doretto (2013), Furtado (2013) e Marôpo (2015) têm se dedicado a entender por que isso acontece. No jornalismo tradicional, as crianças parecem ser destinadas a enquadramentos limitantes e reincidentes. Só aparecem nos jornais quando preenchem valores-notícias como a morte, a infração, a fama etc. Essa visão é também compartilhada pela ANDI - Comunicação e Direitos, que, analisando a imprensa brasileira, viu que as crianças e os adolescentes são citados principalmente no campo das situações e individuais e poucas vezes são ouvidos sobre questões coletivas.

Além disso, as crianças são historicamente representadas no jornalismo não por meio de suas próprias falas, "mas pelos discursos de seus pais e tutores ou de representantes de órgãos que falam sobre elas, como escolas e organizações de saúde" (FURTADO; DORETTO, 2019, p. 158). As vozes infanto-juvenis aparecem sobretudo como registros "curiosos" (MARÔPO, 2015), sem espaço para complexidade ou discordância. Reincide uma infância estereotipada cultivada pelos veículos, que mostram a criança ou como consumidora (FURTADO, 2013), ou em situação de vulnerabilidade (FURTADO; DORETTO, 2019), ou ainda como celebridade. Atualmente, crianças influencers são destacadas, já que a função adquiriu capital social através do dinheiro e da quantidade de seguidores. São nesses momentos que as crianças são mais vistas, porém, não necessariamente ouvidas pelo jornalismo (TOMAZ, 2023).

Poderíamos pensar que o futuro é sempre uma pergunta recorrente feita às crianças pelos jornalistas não porque de fato a resposta interesse, mas porque no futuro tem algo de valoroso para a sociedade capitalista: elas serão adultas e produtivas. O senso de cidadania virá daí. Mas a persistente imagem de fragilidade das crianças não é homogênea. Não é comum vermos crianças brancas, por exemplo, em situação vulnerável nas manchetes. Por isso, o olhar

para os atravessamentos étnico-raciais se faz necessário quando analisamos uma cobertura jornalística.

Mas por que essas representações das crianças se tornaram um padrão nas coberturas jornalísticas? Marôpo (2015) tentou compreender essa questão entrevistando jornalistas do Brasil e de Portugal, que relataram falta de preparo para entrevistar crianças. Eles citam inúmeros obstáculos, como o fato de as crianças não ocuparem “posições representativas na sociedade” (MARÔPO, 2015, p. 13). Outra razão para a dificuldade jornalística de lidar com a infância é a noção de que o direito à proteção é considerado mais importante pelos veículos do que o direito à participação, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990)<sup>4</sup> (FURTADO; DORETTO, 2020). Ao analisar manuais de redação de veículos jornalísticos tradicionais, as autoras perceberam nas orientações a insistência em proteger as empresas de comunicação de possíveis processos jurídicos e não em valorizar a criança enquanto cidadã.

Moraes (2022) diz que um dos desafios contemporâneos do jornalismo é mudar o enquadramento das pautas nas quais grupos marginalizados devem estar inseridos enquanto sujeitos. A autora não menciona as crianças, mas as infâncias, em especial negras, indígenas, quilombolas, da periferia e pertencentes a outros grupos minorizados, também dialogam com essa necessidade de mudança. Isso significaria uma transformação desde a pauta (o que), às fontes (quem), até ao enquadramento (como) das reportagens. Assim, percebemos que essas crianças são um “outro” em um jornalismo que é outrofóbico (MORAES, 2022), pois nem todos os sujeitos são ouvidos e vistos, e, quando os minorizados são, têm seu direito à humanidade prejudicado por enquadramentos repetitivos que já lhe são endereçados.

Moraes (2022) sugere a construção de um jornalismo que não seja baseado em estereótipos negativos, ou seja, em discursos que reduzem pessoas negras, indígenas, nordestinas, periféricas. A autora afirma que o estereótipo é, na maioria das vezes, binário – reforçando *o bom, o ruim, o pobre, o rico* – e exemplifica o uso de estereótipos no jornalismo a partir de três territórios: o Nordeste no Brasil, o continente africano e as periferias brasileiras. Segundo ela, há uma superexposição da dor nesses lugares, onde as cenas de violência e escassez tornam-se cotidianas. Não há espaço no jornalismo para outras histórias sobre esses territórios.

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) Acesso em: 15 fev. 2025.

Pode-se dizer, no entanto, que na última década muitas iniciativas surgiram no Brasil<sup>5</sup> para fazer uma cobertura diferente, como é o caso do jornalismo das periferias. Para Felix (2023, p. 140), o jornalismo periférico é aquele que “representa uma abordagem alternativa, engajada e situada, que visa amplificar as vozes e as perspectivas marginalizadas, desafiando a visão predominante da mídia hegemônica”. O jornalismo periférico não questiona se as periferias estão nas páginas dos jornais. A pergunta impulsionadora é “como” esses territórios são enquadrados. O diagnóstico é da ausência de perspectivas diversas sobre as periferias no jornalismo tradicional, por isso sua motivação principal é mostrar que é possível narrar a periferia de outra forma, desconstruindo a ideia de que esse é um território apenas de carências. A *Agência Mural*, nosso objeto de estudo, é um exemplo de jornalismo que busca evidenciar as potências da periferia.

### 3. Objeto de estudo e metodologia

A *Agência Mural* surgiu, em 2010, como um blog da *Folha de S. Paulo* produzido por jovens jornalistas que queriam ampliar o escopo de informações das periferias da cidade. Assim, cerca de 20 correspondentes locais voluntários começaram a contar as histórias de seus bairros nas periferias da Grande São Paulo. Em 2015, eles lançaram o próprio site: a *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*<sup>6</sup>. Em 2018, a organização foi formalizada e, quatro anos depois, o conteúdo deixou de ficar hospedado na *Folha de S. Paulo* para se tornar independente.

Segundo levantamento<sup>7</sup> realizado em 2023, a *Mural* tem mais de 2 milhões de acessos por ano, e hoje são cerca de 80 colaboradores espalhados pelos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Um dos pré-requisitos solicitados aos colaboradores é ser morador da periferia. A *Mural* se apresenta<sup>8</sup> como uma iniciativa de jornalismo local que trabalha “combatendo estereótipos e garantindo acesso à informação”. A atuação do veículo é guiada por 10 princípios, explicitados no seu site, que orientam seus profissionais. Um deles interessa especialmente a este estudo: “Lembre-se que as crianças das periferias, e os moradores em

<sup>5</sup> Pesquisa realizada pela *Enóis* indica esse crescimento. Disponível em:

<https://mapadojornalismolocal.enoisconteudo.com.br/relatorio-2022> Acesso em 12 Fev. 2025.

<sup>6</sup> O site da *Agência Mural* é: <https://www.agenciamural.org.br/> e a história da *Mural* pode ser acessada em: <https://www.agenciamural.org.br/institucional/#nossa-historia> Acesso em 12 Fev. 2025.

<sup>7</sup> O relatório completo está disponível em: <https://www.sescsp.org.br/noticias-sem-fronteiras-jornalismo-hiperlocal-e-os-impactos-nos-territorios/> Acesso em 12 Fev. 2025.

<sup>8</sup> O trabalho jornalístico da *Mural* também é veiculado no Instagram e no Twitter. Disponível em: <https://www.instagram.com/agenciamural/> Acesso em 12 Fev. 2025

geral, não são ‘coitados’”. Para Rovida (2020, p. 7), “de todos os arranjos jornalísticos pesquisados, a Agência Mural de Jornalismo das Periferias é sem dúvida o que melhor representa a pluralidade periférica”.

As reflexões que propusemos até aqui convergem para o entendimento de que ser parte de um lugar produz impacto naquilo que narramos sobre ele. Isso indica que o discurso não é neutro, e sim atravessado por uma série de variáveis, como suas condições de produção. Por reconhecer esses fatores, a Análise de Discurso (AD) tornou-se um método adequado para esta pesquisa. Para Pêcheux (1990), idealizador da AD, o discurso é um efeito de sentidos entre interlocutores, ou seja, a relação discursiva é sempre intersubjetiva. A AD defende que somos feitos de um emaranhado de outros discursos e sujeitos que nos compõem.

Quando a pauta de um jornalista é relacionada às periferias, portanto, suas noções prévias sobre os sujeitos periféricos estarão, de alguma forma, presentes no texto. O mesmo ocorre quando um jornalista entrevista uma criança. Qual a forma de se colocar diante dela? Qual relação é estabelecida? A produção que advirá desse momento indica a formação discursiva (FD) na qual esse profissional, ou o veículo em que trabalha, se inscreve.

Resumindo a noção clássica de Pêcheux, Benetti (2016, p. 240) diz que uma FD é “aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito, em uma posição dada”. Em outras palavras, as formações discursivas são como regiões de sentidos. O jornalismo, por exemplo, pode ser considerado uma FD, pois contém dentro de si limites discursivos que o caracterizam. Para identificar as formações discursivas em um ou mais textos, é necessário partir de um problema de pesquisa que direcione o olhar do analista. Quando percebe repetições de sentidos, o pesquisador depara-se com as chamadas paráfrases discursivas. Segundo Benetti (2007), são elas que nos permitem enxergar os sentidos dominantes em um *corpus*. As paráfrases discursivas são, portanto, repetições de sentido em um texto.

Dentro das FDs, os sujeitos que enunciam ocupam posições – as chamadas posições-sujeito. Essas não são estanques, pois um mesmo “indivíduo” pode ocupar posições-sujeito diferentes dependendo do contexto em que se insere. Em matérias jornalísticas, então, uma mesma criança entrevistada pode ocupar a posição-sujeito de celebridade, como é frequente, mas também a de criança fragilizada, dependendo das condições de produção desse discurso. Portanto, a posição que o sujeito ocupa “[...] comporta alguma mobilidade; bem como a possibilidade de desidentificação e de contra-indicação, enquanto modos de articular e

apresentar os discursos de uma determinada região discursiva” (CAMPOS; ALQUATI, 2020. p. 284). Para as autoras, a existência de um sujeito, no discurso, refere-se justamente a uma posição que ele ocupa dentro de uma FD.

Nesta pesquisa, consideramos o jornalismo periférico de São Paulo produzido pela *Agência Mural* como uma FD, uma vez que todos os sujeitos que estão presentes no discurso da *Mural* pertencem a comunidades periféricas dessa cidade. Assim, poderíamos tentar compreender o que pode e deve ser dito dentro desse espaço discursivo. Entretanto, como a ideia é identificar como a *Agência Mural* representa as crianças a partir de suas próprias falas, buscamos encontrar as posições-sujeitos ocupadas por elas.

Para construir o *corpus*, entre outros procedimentos, separamos reportagens em que pelo menos duas crianças fossem fontes e que tivessem sido publicadas entre 2024 e 2018, ano em que a *Mural* tornou-se uma organização própria. Chegamos, então, no *corpus* consolidado de sete reportagens (TAB. 1).

**TABELA 1**  
 Reportagens da *Agência Mural* que formam o *corpus* consolidado

Texto	Data	Título	Crianças entrevistadas	Link para Reportagem
T1	30.1.24	Falta de contato com natureza pode impactar no desenvolvimento de crianças das periferias	4	<a href="https://www.agen ciamural.org.br/tra nstorno-de-deficit-de-natureza/">https://www.agen ciamural.org.br/tra nstorno-de-deficit-de-natureza/</a>
T2	20.4.23	Rap, mantra e giras: Crianças de 7 religiões contam como praticam a fé em meio ao cenário de intolerância	7	<a href="https://www.agen ciamural.org.br/es peciais/criancas-de-7-religioes-contam-como-praticam-a-fe-em-meio-ao-cenario-de-intolerancia/">https://www.agen ciamural.org.br/es peciais/criancas-de-7-religioes-contam-como-praticam-a-fe-em-meio-ao-cenario-de-intolerancia/</a>
T3	28.9.22	O que as crianças das periferias de São Paulo esperam do próximo governo	3	<a href="https://www.agen ciamural.org.br/o-que-as-criancas-das-periferias-de-sao-paulo-esperam-do-proximo-governo/">https://www.agen ciamural.org.br/o-que-as-criancas-das-periferias-de-sao-paulo-esperam-do-proximo-governo/</a>
T4	26.10.21	Crianças relatam saudade dos amigos e 'medo do corona' na Ita-as-aulas-	4	<a href="https://www.agen ciamural.org.br/vo lta-as-aulas-">https://www.agen ciamural.org.br/vo lta-as-aulas-</a>

		volta às aulas presenciais		<a href="http://criancas-periferias-sp/">criancas-periferias-sp/</a>
T5	6.10.20	Sem aula e sem comida: O impacto da pandemia nas crianças imigrantes de Guaianases, na zona leste de SP	2	<a href="https://www.agenciatural.org.br/espaciais/criancas-imigrantes-pandemia-sp/">https://www.agenciatural.org.br/espaciais/criancas-imigrantes-pandemia-sp/</a>
T6	11.10.19	Crianças falam e desenham o que mais gostam nos bairros onde vivem	6	<a href="https://www.agenciatural.org.br/criancas-falam-e-desenham-o-que-mais-gostam-nos-bairros-onde-vivem/">https://www.agenciatural.org.br/criancas-falam-e-desenham-o-que-mais-gostam-nos-bairros-onde-vivem/</a>
T7	12.10.18	O que as crianças pensam sobre o Dia das Crianças	12	<a href="https://www.agenciatural.org.br/o-que-as-criancas-pensam-do-dia-das-criancas/">https://www.agenciatural.org.br/o-que-as-criancas-pensam-do-dia-das-criancas/</a>

**Fonte:** Autoria própria

A especificidade do objeto desta pesquisa está, então, em unir dois grupos que não são historicamente vistos pelo jornalismo por meio de suas falas – as crianças, pela negação da adulterez; e os sujeitos periféricos, pela noção de precariedade e escassez que lhes é atribuída. Sabemos que as falas das crianças são intermediadas pelos jornalistas, mas consideramos que, mesmo com esse atravessamento, é possível ver a posição-sujeito que meninos e meninas ocupam nesse discurso.

#### 4. Análise: as crianças na *Agência Mural*

Para descobrir as posições-sujeito que as crianças ocupam nas reportagens da *Agência Mural*, começamos examinando como suas vozes apareciam. Para isso, identificamos 73 Sequências Discursivas (SDs), sendo esse o *corpus discursivo* desta pesquisa. SDs são trechos do texto que o analista recorta por terem relação com o seu objetivo. As SDs desta pesquisa correspondem a todas as falas das fontes crianças nas sete reportagens analisadas. Um levantamento inicial indicou que em 59% das vezes em que aparece a voz de uma criança ela está na forma de discurso direto, ou seja, com suas citações entre aspas, e não com o repórter falando com suas palavras o que uma criança havia dito.

Tomaz (2023, p. 3) afirma que “é fundamental para as crianças se presentificarem por meio de uma visibilidade midiática. Mas também serem social e politicamente reconhecidas, por meio de vozes audíveis, em suas singularidades, para que suas demandas atinjam o debate público”. Há também uma outra camada analítica: sujeitos periféricos lutam para falar sobre si, tendo a sua voz audível, e não apenas a sua história contada por *outrem* (D’ANDREA, 2013). As crianças também sempre aparecem identificadas com o nome completo, a idade, e o lugar onde moram. Elas não são vistas, portanto, como “crianças da periferia”. A constatação difere de uma série de veículos analisados em outras pesquisas, que colocam apenas o primeiro nome da criança, tornando-a uma criança genérica.

No conjunto das 73 SDs, mapeamos a presença de 11 posições-sujeito ocupadas pelas crianças entrevistadas, sendo que uma mesma SD pode trazer mais de uma posição-sujeito de uma criança. A essa repetição chamamos de incidências discursivas (IDs). Ou seja, se, por exemplo, uma SD enquadra uma criança em duas posições-sujeito, ela representa duas IDs. Logo, a quantidade total de IDs é superior à quantidade de SDs. Nesta pesquisa, encontramos 85 IDs. As 11 posições-sujeito identificadas e os sentidos aos quais elas se relacionam podem ser conferidas a seguir (TAB. 2):

**TABELA 2**  
Posições-sujeito das crianças

Posição-sujeito	Total de IDs por posição-sujeito	Recorrência
<b>1. Criança que pensa nos outros</b>	<b>15</b>	<b>17,64%</b>
<b>2. Criança que brinca</b>	<b>15</b>	<b>17,64%</b>
<b>3. Criança que estuda</b>	<b>10</b>	<b>11,76%</b>
<b>4. Criança que tem aptidões</b>	<b>9</b>	<b>10,58%</b>
<b>5. Criança que ensina</b>	<b>7</b>	<b>8,23%</b>
<b>6. Criança que tem consciência política</b>	<b>7</b>	<b>8,23%</b>
<b>7. Criança que está vulnerável</b>	<b>7</b>	<b>8,23%</b>
<b>8. Criança que está</b>	<b>6</b>	<b>7,05%</b>

<b>em paz</b>		
<b>9. Criança que tem medo do julgamento</b>	<b>5</b>	<b>5,88%</b>
<b>10. Criança que segue exemplos</b>	<b>2</b>	<b>2,35%</b>
<b>11. Criança que se emociona</b>	<b>2</b>	<b>2,35%</b>
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Autoria própria

Na análise, a seguir, apresentamos exemplos de SDs para cada posição-sujeito identificada. A primeira posição com maior recorrência é **a criança que pensa nos outros**. Há empatia nas falas de meninos e meninas acerca de diferentes temas. A perspectiva de viver em um mundo coletivo aparece no pensamento das fontes em quatro textos. Na reportagem sobre a religiosidade infantil, por exemplo, elas relatam pedir a proteção de seus familiares e das pessoas de modo geral, como pode ser visto na SD a seguir.

**“Sempre começo pedindo para cuidar da minha família e ajudar os que não têm dinheiro.** Depois têm as vibrações, eu faço o pai-nosso e a gente bebe a aguinha ‘fluidificada’”, detalha. A mãe explica que trata-se da água comum que, após a oração, acredita-se ser acrescida de fluidos energéticos que melhoram a saúde das pessoas que a consomem. (T2, Milena Bonsangue, 9, bairro Vila Marari, Zona Sul de São Paulo)

Há uma consciência sobre desigualdades sociais que permeia as falas, como se em diferentes momentos elas reforçassem que nem todos têm os mesmos direitos. Elas não se colocam em lugares de “carência”, mas reconhecem que muitas pessoas passam por isso.

**“Arroz, carne, tomate, muita coisa que a gente precisa para o dia a dia está cara. Me preocupo com as pessoas que têm um, dois, três filhos e não têm tanto dinheiro.”** (T3, Clara Letícia Cerqueira, 10, bairro Veloso, Osasco, Região Metropolitana de São Paulo)

O pensamento de Sarmento (2002, p. 256) nos auxilia a compreender a empatia demonstrada pelas crianças, pois, para ele, pertencer a uma comunidade é fundamental para o desenvolvimento de uma visão de mundo que vá além do individualismo. Além disso, essa consciência das crianças demonstra que elas podem sim, como fontes, refletir sobre problemas sociais amplos e complexos.

**A criança que brinca** aparece também como posição predominante. É possível notar que as brincadeiras são parte importante de suas vidas. O brincar está também relacionado com

a sociabilidade, já que mencionam membros da família e amigos. Como lembra Vygotsky (2018), a criança que brinca materializa a possibilidade do sonho, da realização dos próprios anseios. “A brincadeira da criança não é uma simples recordação do que vivenciou, mas uma reelaboração criativa de impressões vivenciadas” (VYGOSTSKY, 2018, p. 18). A afirmação do direito de brincar nas falas das fontes pode ser vista como uma afirmação ao direito de ser criança também nas periferias.

“[No parque] tem escorregador e **mais espaço para a aventura de brincar. Eu sou a pirata e o Davi é o capitão do navio.**” (T1, Emanuelly Cazumba, 9, distrito de Rio Pequeno, Zona Oeste de São Paulo)

“**Gosto de brincar na rua com os meus amigos que moram aqui perto, andar de bicicleta e jogar futebol.**” (T6, Maura Fernandes Abdalla Bechara, 10, que, bairro Mogi das Cruzes, Mogi Moderno, Grande São Paulo)

Incluir e reconhecer na *Mural* a importância do brincar é uma forma de incluí-las como fontes capazes de trazer um olhar próprio da infância e não uma visão adultocêntrica.

Na posição-sujeito **criança que estuda**, meninas e meninos falam como ir à escola permite que eles reconheçam seus interesses pessoais. Há também a ideia de que a escola é um lugar importante, pois é onde eles aprendem o que ainda não sabem e onde estão os amigos. Percebe-se que a criança não é tratada como “institucionalizada”, reflexo de uma instituição de ensino. Suas falas apontam para o desejo de frequentar a escola. Em uma pesquisa, Furtado (2022) constatou que na revista *Nova Escola* as fontes crianças tratavam do ambiente escolar de forma elogiosa, corroborando projetos realizados pelos colégios. Elas eram incluídas como fontes, mas não eram ouvidas a partir de suas subjetividades.

Nas SDs desta posição-sujeito, os entrevistados falam de vontades próprias e das relações que têm com o ambiente escolar de maneira afetiva.

“**Eu estava com saudade da escola.** Não gostei das aulas no remoto, **mas gostei das aulas nas escolas**”, diz Clara. (T4, Clara Teixeira, 6, bairro não especificado)

Ele está no segundo ano do ensino fundamental I e se aventura a dizer até a matéria que mais gosta: “**‘Ciências, porque a gente pode aprender sobre o que a gente não conhece, como os animais e a natureza’.**” (T6, Davi Nunes Ferreira, 7, bairro Jardim Marília, distrito de Cidade Líder, Zona Leste)

As crianças também relatam que aprendem em outros espaços, como os lugares religiosos que frequentam. Esse é um aspecto importante, pois, segundo Dornelles (2008), há hoje uma desconsideração de espaços de aprendizado não-formais, como a rua e o convívio com outros adultos.

“No mesmo lugar, ele faz aulas de árabe há cerca de um ano. **“Queria ir mais a fundo na minha religião. Minha família encontrou esse [curso] de árabe e foi uma coisa bem legal pra mim, fiz novos amigos e estou aprendendo muito”**, explica. (T2, SD25, Moshood Silva Balogun, 11, Diadema, Grande São Paulo)

Aprender, portanto, é um direito não só reconhecido, mas valorizado pelas crianças, ao contrário do que uma visão adultocêntrica poderia imaginar.

Na posição-sujeito **criança que tem aptidões**, as fontes assumem sua individualidade, expressando o que torna cada criança ela mesma. Mas, embora destaquem aptidões, elas não são crianças famosas. Vivem o ordinário de suas vidas, mas entendem o que fazem e que isto é relevante. Destacamos esse aspecto pois uma das formas de estigmatização das crianças no discurso noticioso é a escolha de crianças com “capacidades fora do comum” (FURTADO, 2013). Aqui, entende-se que as capacidades relatadas fazem justamente o contrário, pois mostram o que lhes é comum, o que é de suas rotinas, e isso é transformado em pauta pela *Agência Mural*.

Com esse período na doutrina, ela é considerada uma **Yalasé, título importante que permite que ela ajude nas “obrigações”**, tarefas relacionadas ao calendário festivo do candomblé. **“Já enfeitei doces e flores”**, exemplifica. (T2, Ana Paula do Carmo, 8, bairro Jardim Silvina, São Bernardo do Campo, Grande São Paulo)

Segundo Rovida (2020), iniciativas emergentes, como a *Agência Mural*, transformam o espaço marginal em local de posicionamento e transformação. Percebe-se que há uma recorrência da criança periférica representada através de suas potências.

Na posição-sujeito **criança que ensina**, as fontes compartilham conhecimentos próprios de suas realidades. Isso fica evidenciado nas escolhas de verbos dicendi utilizados nas reportagens (“Janaína *explica*”, “a menina *justifica*”). As crianças assumem um lugar de sabedoria, de alguém que pode agregar conhecimento a partir daquilo que conhece e que quer dividir por meio da reportagem.

**“Tem o Oxumaré, que representa o arco-íris, Oyá com o raio, Oxum com a cachoeira, Iemanjá com o mar, Nanã com a lama, e Ogum, que é o caminho.”** (T2, Ana Paula do Carmo, 8, bairro Jardim Silvina, São Bernardo do Campo, Grande São Paulo)

**“A gente só tem 5% da água potável para beber, então quanto mais poluírem, mais a gente fica sem água”**, justifica. (T3, SD44, Clara Letícia Cerqueira, 10, bairro Veloso, Osasco, Região Metropolitana de São Paulo)

A criança assumir uma posição-sujeito que costuma ser do adulto – de ser aquele que sabe –, evidencia um processo de subjetivação. Cabe também ressaltar que, na pauta sobre

religião, todas as crenças foram incluídas e respeitadas, o que nem sempre é comum no jornalismo hegemônico.

A posição-sujeito **criança que tem consciência política**<sup>9</sup> mostra que as crianças são capazes de dar opiniões sobre questões sociais e políticas do país. Elas revelam entender de questões estruturais da política, como orçamento, propostas, interesse social, direitos sociais. Buckingham (2009, p. 21-22) afirma que na *media mainstream* não há a exploração de assuntos políticos sob o ponto de vista das crianças, mesmo que os temas afetem suas vidas. Entretanto, os entrevistados demonstram diferentes capacidades: opinam, discordam, sugerem, avaliam. Samuel dos Santos fala, inclusive, que as crianças deveriam votar. É como se ele dissesse: “Não esqueçam que as crianças também são cidadãs”.

Em sua fala, Alícia de Aguiar explica como, para ela, um bom político deve ser. A menina compara-o com sua professora, aproximando um grande tema ao seu universo afetivo pessoal. Suas referências, nesse caso, são válidas para embasar os seus posicionamentos.

“Um candidato precisa fazer coisas legais, igual a minha professora faz”, explica Alícia de Aguiar Miranda, 8. Ela mora no Jardim Pantanal, em Diadema, na Grande São Paulo, e deseja que nas eleições de 2022 os **próximos governantes tragam melhorias para o bairro, como uma praça com mais brinquedos e menos lixo nas ruas.** (T3, Alícia de Aguiar Miranda, 8, bairro Jardim Pantanal, Diadema, Grande São Paulo)

Um dos princípios editoriais da *Agência Mural* é “não subestime a capacidade política dos moradores das periferias”. Assim, essa posição-sujeito exemplifica, na prática, como não subestimar os moradores periféricos, incluindo as crianças. As falas delas confirmam a afirmação de Buckingham (2007) de que as crianças só conseguem mostrar seu ponto de vista sobre o mundo se forem dadas a elas a oportunidade de falar.

Colocar as crianças na posição de vulnerabilidade é usual no jornalismo hegemônico, mas aqui – mesmo que esteja presente – é uma das posições-sujeitos que menos aparecem. Na posição-sujeito da **criança que está vulnerável**, meninos e meninas relatam suas insatisfações com a estrutura do bairro em que vivem. É perceptível que a falta de lugares adequados ao lazer afetam a vida das crianças entrevistadas. O T1, por exemplo, ao abordar a importância do convívio com a natureza durante a infância, explicita que os espaços verdes são escassos nas periferias de São Paulo.

<sup>9</sup> A política referida aqui é a institucional, partidária.

Algumas crianças citam as dificuldades que elas e outras pessoas enfrentam com o trânsito, deixando nítida uma questão fundamental sobre os territórios periféricos brasileiros: os problemas com a mobilidade e o transporte público. A subjetividade do sujeito periférico é, em grande medida, construída no ônibus, durante os longos períodos gastos no ir e vir pela cidade para ter acesso à estrutura de direitos sociais (ROVIDA, 2020).

Logo, as SDs que tratam da vulnerabilidade nas periferias demonstram que as crianças percebem as dificuldades de acesso a direitos sociais, como transporte de qualidade, áreas de lazer e saúde pública para todos:

**“Eu queria ter mais espaço para brincar, um pouco maior, que caiba bastante gente”**, sonha Manu enquanto aproveita um espaço de lazer, todo de concreto, na favela de Paraisópolis” (T1, Emanuele Brito dos Santos Viana, 9, bairro Paraisópolis, Zona Sul de São Paulo)

Além disso, o garoto sugere a construção de mais estradas. “Tem muito trânsito e isso atrapalha as pessoas que querem viajar. **Quando eu vou no dentista ou no médico, pego muito trânsito**”, relata o estudante. (T3, Samuel dos Santos Sanches, 9, bairro Parque São Lucas, Zona Leste de São Paulo)

Em uma única SD aparece o medo da violência. No entanto, consideramos importante olhar para essa SD pois é um sentido presente nas periferias brasileiras.

Às vezes quando volto do futebol, quase 9 horas da noite, as luzes do bairro inteiro estão apagadas. **Fica uma escuridão e eu tenho medo de ser assaltado**”, diz o menino. (T3, Samuel dos Santos Sanches, 9, bairro Parque São Lucas, Zona Leste de São Paulo)

É interessante perceber que a criança que ocupa essa posição têm a oportunidade de demonstrar insatisfação com situações mais complexas. Afasta-se de registros simpáticos, mapeados em outras pesquisas, e aproxima-se de um, efetivo, *poder dizer*.

Na posição-sujeito **criança que está em paz**, as fontes demonstram uma percepção sobre o próprio sentir e revelam uma busca pelo bem-estar e pela tranquilidade.

**“Quando estou na natureza me sinto alegre, presto atenção e fico olhando as coisas.** Eu corro, mas também paro um pouquinho para deitar e olhar para o cosmo. **Fico calma**” (T1, Emanuele Brito dos Santos Viana, 9, bairro Paraisópolis, Zona Sul de São Paulo)

“Quando estou muito tempo sem ver a minha avó e vou na casa dela **me dá uma sensação muito boa**. Quando rezo também, **me dá uma sensação de tranquilidade e calma. Sinto a minha energia feliz**” (T2, Ana Paula do Carmo, 8, bairro Jardim Silvina, São Bernardo do Campo, Grande São Paulo)

Segundo Milton (2021, p. 125), a sensibilidade é um componente importante das infâncias: “As crianças, nas suas formas sinceras, deixam claro o que viram, perceberam e

sentiram em uma relação direta com o que a realidade apresenta de bonito, como a natureza e os problemas pertinentes às cidades.” Ao trazerem o sentido de paz e felicidade em suas falas, os entrevistados valorizam o próprio fato de serem crianças e poderem expressar sentimentos que, muitas vezes, os adultos não conseguem verbalizar – ou o jornalismo não se interessa em narrar.

A posição-sujeito **criança que tem medo do julgamento** foi encontrada predominantemente no T2, sobre as religiões, o que demonstra a existência de intolerância religiosa e também racial. Algumas crianças reforçam que os orixás fazem o bem, dizendo que gostariam que os colegas soubessem disso. Pode-se pensar que a escola, nesses casos, aparece com um lugar em que elas sentem-se julgadas, cerne de preconceitos. Isso aponta para o que Gomes (2019) chama de não neutralidade na infância, ou seja, um reconhecimento de que as crianças não estão blindadas do preconceito e da discriminação, pois fazem parte da sociedade.

“Se eu pudesse, diria para outras crianças que elas [entidades] nunca fazem e nunca vão fazer mal a ninguém”, diz Janaina Alves de Sousa, 9, criança que vive no bairro Campanário, em Diadema, na Grande São Paulo. As entidades a que ela se refere são os exus e orixás, cultuados na umbanda e que são citados em cantos dessa religião.” (T2, Janaina Alves de Sousa, 9, bairro Campanário, Diadema, Grande São Paulo)

“Eu rezo por eles [colegas], mas eles não precisam saber que sou budista”, acrescenta Luiza. (T2, Luiza de Souza Parra, 8, bairro Vila Clara, Zona Sul, São Paulo)

Se desconhecêssemos a intolerância religiosa no Brasil<sup>10</sup>, poderíamos não enxergar nas frases das crianças a tensão iminente sobre suas expressões religiosas. A AD, no entanto, permite que aquilo que vem antes, o já-dito, seja percebido. Essa posição-sujeito se relaciona tanto com a da *criança que tem aptidões* quanto com a da *criança que ensina*, mas, neste caso, ela não sente o seu conhecimento como legitimado pelos outros. O jornalismo, ao tratar desses preconceitos pelo olhar das crianças, problematiza essas questões e legitima o seu saber e o seu sentir.

<sup>10</sup>Segundo um relatório realizado pela Unesco, há um aumento de casos de intolerância religiosa no país contra religiões de matriz africana no Brasil. No Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foram registrados 477 casos de intolerância religiosa em 2019, 353 em 2020 e 966 em 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/relatorio-aponta-aumento-de-casos-de-intolerancia-religiosa-no-pais> Acesso em: 17 fev. 2024.

Na posição-sujeito **criança que segue exemplos**, lembramos o que Furtado (2013) fala sobre a necessidade que as crianças têm de cuidado. Elas precisam dos adultos e, inclusive, de seus exemplos. As SDs abaixo açãoam um sentido de inspiração.

“Vi meu avô orando. **Aí fiquei pensando como será que é falar com Deus?**” (T2, SD14, Alice Borges, 9, bairro Jardim Apurá, Pedreira, Zona Sul de São Paulo)

A criança tem interesse pela música e quando crescer pretende cantar no culto. Para ela, música também é uma oração que Deus escuta e por isso faz raps para Jesus, a figura que mais gosta da Bíblia. **“Ele dá exemplo de você falar bem dos outros, de comer bem, exemplo de tudo.”** (T2, Alice Borges, 9, bairro Jardim Apurá, Pedreira, Zona Sul de São Paulo)

Nessa posição-sujeito, mesmo que a criança esteja seguindo o exemplo de um adulto, ou uma santidade, ela não se coloca num lugar de passividade. Ela reflete ativamente sobre o que está admirando.

O sensível é uma dimensão da infância que aparece na posição-sujeito **criança que se emociona**.

Embora ainda não incorpore, a menina já tem seus guias preferidos. Entre eles, Maria Padilha, Maria Navalha e Exu Mirim, de esquerda, Ogum, Iansã e Preta Velha, de direita. **“Gosto muito deles, dá um aperto no coração quando eles me cumprimentam”**, descreve a sensação. (T2, Janaina Alves de Sousa, 9, bairro Campanário, Diadema)

O que mais gosto lá é ouvir a palavra de Deus e **falar as coisas do coração para ele**”, descreve Alice Borges, 9, sobre a reunião das crianças na Primeira Igreja Batista Bíblica em Jardim Miriam. A menina frequenta o espaço, próximo da casa dela no Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo. (T2, Alice Borges, 9, Jardim Apurá, em Pedreira, zona sul de São Paulo)

“Tocar o coração” é uma imagem que nos aproxima de suas falas. Ao se expressarem desse modo, transparecem a emoção e o quanto são sensibilizadas em seus cotidianos. Há também um sentido de sinceridade nas crianças que se emocionam, que pode significar que nesses espaços mencionados – e com jornalistas da *Mural* – ficam à vontade para expressar o que sentem.

#### 4. Considerações finais

As posições predominantes encontradas foram as duas primeiras, somando 35,28% das IDs. A recorrência da *criança que pensa nos outros* chama a atenção para uma descoberta significativa: as crianças não querem um mundo melhor apenas para si. A noção de coletividade expressa nos dizeres de meninos e meninas das periferias de São Paulo nos ajuda a questionar com mais veemência o porquê de, tradicionalmente, o jornalismo escutar as

crianças mais sobre suas individualidades do que sobre questões sociais e coletivas.

Nas sete reportagens, não encontramos uma subestimação do pensamento das crianças. Elas falam sobre problemas sociais, como a questão da moradia, da fome, do desemprego e do sistema público de saúde. Abordam suas histórias com propriedade, relacionando acontecimentos pessoais à questões coletivas; tratam de seus sentimentos e opiniões, não reduzindo-os ao ‘feliz’ ou ‘triste’, mas passando por diferentes emoções, como a insatisfação, a paz, a preocupação, a alegria. Elas dão abertura para que questões profundas sejam debatidas, como a intolerância religiosa e o racismo.

Portanto, são representadas pela *Mural* como sujeitos diversos, dotados de senso crítico. Notamos também a pluralidade de escolha das fontes, tanto em faixas etárias, quanto em territórios. Foi possível reconhecer também o sentido de “sujeito periférico” (D’Andrea, 2013) enquanto aquele que vê as potencialidades de ser quem se é, do lugar de que se é. É significativa, portanto, à variedade de posições-sujeito encontradas, evitando estereótipos. Sob a ótica de Hall (2016), a prática social da *estereotipagem* é uma forma de enclausurar os sujeitos em um discurso hermético, fechado, sem mobilidade. Assim, estereótipos sobre crianças das periferias seriam relacionados à serem sempre as vítimas, àquelas que necessitam de ajuda exterior, as *coitadas*, o que não acontece.

Entretanto, é relevante destacar que consideramos o número de reportagens com crianças encontradas baixo. Em futuras pesquisas, seria pertinente investigar as razões de meninas e meninos não serem entrevistados com mais frequência pela *Mural*. Enquanto resultado de pesquisa, entendemos que os sentidos encontrados nas 11 posições-sujeito estão vinculados à uma noção de coletividade, senso crítico e empatia. Assim, concluímos dizendo que contar histórias faz parte das infâncias. E essa é também nossa tarefa enquanto jornalistas. Que deixemos que nosso trabalho diário seja mais permeado pelas crianças. Que possamos infancializar cada vez mais o jornalismo.

## Referências

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BENETTI, M. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Pesquisa em comunicação: Metodologias e Práticas Acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BENETTI, M. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BUCKINGHAM, David. Os direitos das crianças para os media. In: PONTE, Cristina. (org.) **Crianças e jovens em notícia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

BUCKINGHAM, David. Crescer na era das mídias eletrônicas. São Paulo: Loyola, 2007.

CAMPOS, L. J; ALQUATTI, R. In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. (Org.). **Glossário de Termos do Discurso**. 1. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2020.

CORSARO, W. A. **The sociology of childhood**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1997.

D'ANDREA, T. P. **A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2013.

DORETTO, J. **Pequeno leitor de papel: um estudo sobre jornalismo para crianças**. São Paulo: Alameda, 2013.

DORNELLES, L. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FARIA, A. L.; SANTIAGO, F. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v.5, n.13 p. 72-85, 2015.

FELIX, E. Jornalismo periférico: por uma práxis decolonial e antirracista. **Paulus: Revista de Comunicação da Fapcom**, São Paulo, v. 7, p.140-149, 2023.

FURTADO, T. **A infância controlada pelo jornalismo: a voz da criança como fonte institucionalizada na revista Nova Escola**. Anais da Sbpjor, 2022.

FURTADO, T. H.; DORETTO, J. Criança cidadã?: os manuais de redação e as orientações sobre infância e adolescência. **Mídia e Cotidiano**, v. 14, n. 1, p. 32-54, 19 fev. 2020.

FURTADO, T. H.; DORETTO, J. O “menino negro” da foto: a produção de sentidos nos comentários dos leitores do El País. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 1, p. 152-179, abr. 2019.

FURTADO, T. H. **O jornalismo infantil e o desejo de consumo: o discurso da revista Recreio**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

GOMES, N. L.; ARAÚJO, M. de (orgs.) **Infâncias Negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023.

GOMES, N. L. Raça e educação infantil: à procura de justiça. **Revista E-Curriculum**, Portal de Revistas PUC-SP, v. 17, n. 3, pp. 1015-1044, 28 set. 2019.

GOMES, A. M. R.; SILVA, R. C.; PEREIRA, V. M. **Aprendizagens e vida cotidiana entre meninos e meninas xakriabá**. 2013. Paper presented. XIII Simpósio Interamericano de Etnografía de la Educación, Los Angeles, UCLA, September 18-20, 2013.

HALL, Stuart. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

KANSHINDI, J.B.K. Ubuntu: Filosofia Africana confronta o poder autodestrutivo do pensamento ocidental, avalia filósofo. Entrevista concedida a Ricardo Machado. **Portal Gelédes**, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Parábola: São Paulo, 2015.

MARCHI, R.C. **Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais**: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a “não criança” no Brasil. 308 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARCHI, R.; SARMENTO, M. J. Infância, Normatividade e Direitos da Criança: Transições Contemporâneas. **Educação & Sociedade**, vol.38, nº 141, 2017.

MARÔPO, L. Crianças como fontes de informação: um desafio de inclusão para o jornalismo. **Vozes e diálogo**, v.14. n.2. dez.2015.

MEDINA, C. **A arte de tecer o presente** – narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MENESES, M.P. Justiça cognitiva. In: CATTANI, A; LAVILLE, J.L; GAIGER, L.I; HESPAÑHA,P. (org). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, p. 231-236, 2009.

MILTON, J. D. **A comunicação do sensível na perspectiva das práticas integrativas e complementares em saúde com crianças**. Dissertação (Mestrado) -, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

NOGUERA, R; BARRETO, M. Infancialização, ubuntu e teko porá: elementos gerais para educação e ética afroperspectivista. **Childon & Philosophy**, v.14, n.31, p.625-644, 2018.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora Unicamp, 1990.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

ROVIDA, M. **Jornalismo das periferias**: o diálogo social solidário nas bordas urbanas. Curitiba: CRV, 2020.

RUFINO, L. **Ponta-Cabeça**: educação, jogo de corpo e outras mandingas. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.

SARMENTO, M. J. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, 2002.

SANTANA, P. **Modos de Ser Criança no Quilombo Mato do Tição**, Jaboticatubas-MG. Tese (doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

SANTANA, P. O bem-viver e o ubuntu das crianças quilombolas. In: ARAÚJO, Marlene de; GOMES, Nilma Lino (org). **Infâncias negras**: vivências e lutas por uma vida justa. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2023.

TOMAZ, R. Olha quem está falando! Tensões entre visibilidade e audibilidade no protagonismo infantil digital. **Revista FAMECOS**, 30 (1), e 43240, 2023.

VYGOSTKY, L.S. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.